



1. DA JUSTIÇA GRATUITA

O Autor era militar (soldado) do Exército Brasileiro, porém, após sua dispensa, vem trabalhando informalmente com limpeza e manutenção de centrais de ar condicionado, vez que não conseguiu um emprego formal até a presente data. Sua renda varia de R\$ 900,00 a R\$ 1.200,00 por mês. Apesar da pouca idade, possui uma filha do qual arca sozinho com o seu sustento, vez que a genitora da menor não possui renda alguma. Ademais, o autor não possui bens nem modo de comprovar seus ganhos, de modo que, preenche os requisitos legais para a obtenção dos benefícios da Justiça Gratuita, nos termos do art. 98 e 99 do CPC, requerendo, portanto, sejam-lhe concedidos os aludidos benefícios, tendo em vista tratar-se de pessoa pobre na acepção do termo, conforme declaração e demais documentos anexos.

2. DOS FATOS

O Autor, em 13/01/2016, por volta das 20h00min, sofreu um acidente de trânsito quando trafegava em sua motocicleta Honda CG 150 pela BR 174, Km 506, vindo a colidir em um veículo ao cruzar a pista, e dado aos ferimentos graves, foi conduzido ao Pronto Socorro pela Equipe do Corpo de Bombeiros, conforme se comprova do BO 834297/2016 da Polícia Rodoviária Federal, em anexo.

Em razão do acidente de trânsito, o Requerente foi encaminhado ao Pronto Socorro, vez que sofreu graves lesões como TCE Grave, Fratura TD + Hematoma Extra-Dural, Fratura na Tíbia e Fíbula Direita, Contusão Pulmonar, tendo sido internado na UTI até sua alta. Dado aos graves ferimentos, o Autor foi acometido de **INVALIDEZ PERMANENTE**, conforme documentos hospitalares e do Corpo de Bombeiros anexo, bem como com a perícia médica que será realizada durante a fase de instrução deste processo.



Após o período de tratamento médico, a parte autora apresentou toda documentação necessária junto à Seguradora Ré para o recebimento da indenização referente ao seguro obrigatório DPVAT, cujo valor devido era R\$ 13.500,00 (treze mil reais), conforme estabelece a lei nº 6.194/74 após a alteração ocorrida pela lei nº 11.482/07.

Ocorre que a seguradora pagou apenas o valor de **R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, dessa forma, conclui-se que o mesmo tem direito a receber ainda, **R\$ 6.412,50 (seis mil, quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos)**, como complemento do valor devido, tendo em vista que a invalidez do Autor é permanente e total.

São, sucintamente, os fatos.

3. DO DIREITO

3.1. DA SUSPENSÃO DA PRESCRIÇÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO

Conforme se comprova pelo espelho do Sinistro anexo, bem como pela Cata de abertura de Sinistro anexa, o Autor fez a abertura do sinistro em 21/09/2016, oito meses após o acidente, suspendendo assim, o prazo prescricional.

O deferimento e pagamento do pedido administrativo somente ocorreu em 13/11/2016.

Como se sabe, o termo inicial para contagem do prazo prescricional se após a alta da vítima e devida ciência de sua incapacidade permanente.



Como pode se analisar no prontuário médico, o Autor ficou pelo menos mais de 1 mês internado, dando entrada no pedido de indenização do seguro obrigatório 7 meses após sua alta, sendo esse pedido analisado, deferido e pago apenas em 13/11/2016, ou seja, 1 (um) mês e 23 (vinte e três) dias após a abertura do sinistro, quando então, voltou a correr o prazo de prescrição.

Dia 13/01/2019 fez 3 (três) anos do acidente, porém considerando um mês de internação e o período que perdurou o processo administrativo para a deferimento do pedido e ciência da parte, o prazo prescricional se encerraria, aproximadamente, em 13/04/2019.

Assim, não houve a ocorrência da prescrição nos presentes autos.

DA PROVA PERICIAL

Nas ações de cobrança do seguro DPVAT, o entendimento consolidado pelos nossos Tribunais é no sentido de ser prescindível o exame pericial se existe laudo do IML comprovando os danos sofridos pela vítima, sendo desnecessária a produção de nova prova pericia, vejamos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO DPVAT. REALIZAÇÃO DA PERÍCIA, NOS TERMOS DA LEI N° 11.945/2009. Considerando que o objeto da presente cobertura securitária é o dano sofrido em sua integridade física, em grau capaz de provocar-lhe situação permanente de invalidez, cujo critério de apuração que deve presidir juízo identificador do sinistro coberto por esta modalidade de seguro obrigatório é dado, fundamentalmente, pela definitividade, natureza e gravidade das lesões sofridas pela vítima, as quais se encontram especificadas em tabela constante das normas de acidentes pessoais expedida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados, apresentando diversos percentuais de enquadramento, impossível decidir a presente demanda sem apuração do grau da invalidez. Aplica-se ao caso concreto, as disposições contidas na Medida Provisória 451/2008, posteriormente convertida em Lei 11.945/2009, a qual determina a realização de perícia médica a fim de apurar o grau de incapacidade nos casos de



sinistros ocorridos a partir de 16/12/2008. Em face da atribuição conferida pela Lei 11.945/2009 cabe ao Departamento Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima, fornecer laudo de verificação da existência e quantificação das lesões. Tendo o agravante juntado laudos periciais realizados junto ao órgão competente (IML de Alegre), conforme documentos de fls.09/12-TJ, desnecessária a realização de nova perícia técnica. AGRADO PROVIDO. (Agravado de Instrumento Nº 70042319004, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luís Augusto Coelho Braga, Julgado em 19/04/2011)

No caso em tela, o Autor não realizou a perícia no IML, pois nesta UF, o laudo do IML não tem sido aceito pelo Poder Judiciário local como prova da debilidade da parte autora, pois não quantifica detalhadamente a lesão da vítima de acidente de trânsito, conforme determina a legislação que regula a matéria. De forma que o mesmo requer a realização da perícia médica durante a fase de instrução processual, apresenta-se os quesitos abaixo a fim de comprovar o seu direito.

- A) Há lesão cuja origem seja decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?
- B) Qual segmento do corpo da parte Autora encontra-se lesionado e qual o percentual do dano?
- C) A lesão sofrida pela parte Autora apresenta quadro definitivo, sem possibilidade de recuperação ao estado anterior?

4.2 DO VALOR INDENIZÁVEL

A Lei nº 11.482/07 que derogou a Lei 6.194/74 estabelece que em casos de invalidez permanente o limite do valor da indenização para o seguro DPVAT é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), vejamos:



Art. 8º - Os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada”:

a) (revogada);

b) (revogada);

c) (revogada);

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.” (NR)

A lei nº 11.482/07 entrou em vigor em 31 de maio de 2007, de forma que os sinistros ocorridos desde aquela data serão regulados por este diploma legal, uma vez que anteriormente a lei nº 6.194/74 que também regula o seguro DPVAT, estipulava que o valor indenizável para os sinistros ocorrido na sua vigência seria de 40 (quarenta) salários mínimos.

Portanto, no caso em tela, observa-se que a legislação aplicável é a lei nº 11.482/07, uma vez que o sinistro ocorreu sob a vigência deste diploma legal.

Considerando que foi o pagamento foi a menor, conclui-se que o Autora tem direito a receber **R\$ 6.412,50 (seis mil, quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos)**, em razão da invalidez permanente decorrente de acidente de trânsito.

5. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:



- 1) Seja determinada a citação da Requerida, para caso queira, responder a presente ação no prazo legal, sob pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato;
- 2) Seja julgada **TOTALMENTE PROCEDENTE** a presente ação, com a condenação da Ré ao pagamento de **R\$ 6.412,50 (seis mil, quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos)**, referente à complementação da indenização pelo seguro DPVAT, em virtude de invalidez permanente total decorrente de acidente de trânsito.
- 3) Seja deferida a inversão do ônus da prova nos termos do inciso VIII do art. 6º do CDC;
- 4) Sejam concedidos os benefícios da Justiça Gratuita, haja vista a condição financeira da parte Autora (dos anexos);
- 5) Requer a realização de perícia médica a fim de aferir a lesão definitiva do Autor;
- 6) Seja a Ré condenada ao pagamento de custas e honorários sucumbenciais, sendo este último no importe de 20% sobre o valor da condenação.
- 7) A parte Autora informa que não tem interesse na audiência de conciliação.

Protesta provar o alegado por todos os meios probatórios permitidos em Direito, especialmente, pericial e documental.



Dá-se a causa o valor R\$ 6.412,50 (seis mil, quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos).

Nestes Termos,
pede deferimento.

Boa Vista – RR, 22 de fevereiro de 2019.

Liliane Raquel de Melo Cerveira

OAB/RR 639